

# Informação prestada pelo presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Ministro da Marinha, em 1851, sobre as matas de madeira de construção naval

Information provided by the president of the Province of Mato Grosso, Augusto Leverger, to the Minister of the Marine, in 1851, about the wooden buildings of shipbuilding

Francisco Ildefonso da Silva Campos<sup>1</sup>

## Introdução

O estado de Mato Grosso possui ainda grandes áreas de florestas nativas concentradas na sua região Norte, constituindo áreas de Floresta Amazônica. Nestas áreas existem espécies nobres usadas na indústria madeireira em geral. Não houve por parte dos antepassados uma preocupação quanto à destruição dos recursos florestais e, na medida em que as culturas agrícolas, ferrovias e rodovias penetravam pelo interior do País, desencadeando um crescimento desenfreado, responsável pela derrubada de nossas matas.

A exploração madeireira iniciou logo após o descobrimento do Brasil, no século XVI, pelos portugueses. Naquela época, teve início a atividade extrativista do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), quando os portugueses passaram a ser responsáveis pela sua exploração, preservando o monopólio lusitano, resguardando o produto às outras nações

---

<sup>1</sup> Graduado em Agronomia, pela Universidade Federal de Lavras-MG, cursada entre os anos de 1977 e 1982. Mestre em Agricultura Tropical, pela UFMT, defendendo, a dissertação Efeito de Diferentes Doses de Fosfato de Araxá sobre o rendimento de sementes de *Paspalum Atratum Swallen*, em solo de Cerrado do Mato Grosso. Servidor aposentado da EMPAER-MT. Autor de artigos e livros.

européias, mantendo a exclusividade de sua exportação. A madeira avermelhada servia para fazer a tinta usada na coloração dos tecidos e para fabricação de móveis e navios.

Em Deuteronômio, proibia-se o corte de árvores frutíferas, punindo os infratores com a pena de açoite. A preocupação com as florestas brasileiras, na época do Brasil Colônia, era que elas se mantivessem enquanto estoque de madeira para diversas finalidades, como a construção urbana e rural e a retirada de lenha usada em fogões e como fonte de energia, pois as máquinas a vapor (gás ou petróleo) só começaram a ser utilizadas no século XX. No período colonial, as maiores ameaças à manutenção das florestas eram as lavouras de cana-de-açúcar, no litoral do Nordeste, em um primeiro momento, e, mais tarde a lavoura do café, que se estabeleceu na Mata Atlântica. Em todos estes cenários agrícolas ocorreu a destruição da floresta pelas ações humanas. Gilberto Freyre (2004, p. 87), com sua conhecida clarividência, foi um dos precursores a relatar:

O que Portugal retirou de madeira do Nordeste do Brasil - madeira gorda e de lei, que a outra lhe dava até repugnância - para levantar ou reparar seus conventos, suas igrejas, seus palácios, toda a sua arquitetura voluptuosa, para construir seus barcos e seus navios, forma um capítulo da história da exploração econômica do Brasil pela Metrôpole [...] que um dia precisa ser escrito com vagar e minúcia.

No período colonial, o Brasil continuou tendo grande importância para os colonizadores portugueses, em uma fase de expansão da navegação e intensa atividade de construção naval, as quais demandavam elevada quantidade de madeira de boa qualidade e resistência. Assim, as florestas brasileiras revestiam-se de importância estratégica face à escassez desse recurso em Portugal. Em 1851, época do Império, o Almirante Augusto Leverger, então Presidente da Província de Mato Grosso, respondendo a uma comunicação da marinha sobre a existência dessas madeiras de lei na região mato-grossense, usada na construção naval,

já mostrava preocupação sobre a retirada das específicas e sua legislação florestal.

A extração de espécies de madeiras nobres utilizadas na construção naval foi inicialmente facilitada pela localização das florestas junto ao litoral e conseguido graças ao escambo com os indígenas, que cortavam e transportavam as toras em troca de mercadorias europeias, como (facões, machados, espelhos, panos). No comunicado do Almirante Augusto Leverger ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Naval, Manoel Vieira Tosta, podemos verificar que as espécies nobres usadas para construção naval já estavam escassas no litoral, a ponto de solicitar da Província mato-grossense, situada distante, o envio dessas madeiras. O Almirante Augusto Leverger, grande conhecedor do território de Mato Grosso, descreve a situação das localidades onde existiam essas madeiras de lei e que poderiam ser retirada, embora nessa informação não descrevesse quais as espécie melhor empregadas para essa finalidade. No seu argumento ele fala do estado de decadência da região do Guaporé, da falta de gente para a derrubada, do clima insalubre, da distância da capital e do transporte das mesmas. Quanto àquelas existentes na região dos rios Paraguai e Jauru encontrava-se muito dispersas, segundo Leverger, e não agrupadas, o que facilitaria seu corte e transporte, colocando ainda que na região de Vila Maria (Cáceres) poderia a mesma ser estocada. No Rio São Lourenço ao sul da capital, Cuiabá, estas madeiras estavam em terras de terceiros, em assentamentos rurais, o que demandava permissão do dono e pagamento para o seu corte e transporte. Por outro lado também notamos preocupação do Almirante com o corte dessas madeiras nobres, quanto menciona a legislação florestal específica para as florestas brasileiras. Embora elas não incluíssem a indústria naval durante o período colonial, eram, de um modo geral, seguidas através das leis portuguesas e espanholas, e no território brasileiro, como as Ordenações Afonsinas que proibia o corte de árvores frutíferas, pois este corte significava uma

injúria ao rei D. Afonso V, tamanha era a preocupação com a preservação da madeira.

A Coroa luso-espanhola, preocupada com os prejuízos da exploração do pau-brasil, elaborou um regimento no ano de 1605. O Regimento funcionava da seguinte maneira: o Provedor-Mor de cada Capitania concedia uma autorização que deveria ser registrada em livro, com os nomes dos autorizados e o respectivo volume que poderia explorar na mata existente. Se o explorador excedesse este volume seria punido com multa e confisco proporcional ao excesso da madeira, podendo perder a propriedade e até mesmo a vida. A partir desse momento, a preocupação com o desmatamento foi uma constante, perdurando até os dias atuais. O modelo brasileiro de ocupação territorial foi marcado pela exploração florestal excessiva, concentrando-se apenas em uma única espécie (pau-brasil). Por isso o desmatamento da região da Mata Atlântica.

Em 1821, foi promulgada a legislação que previa a manutenção de reservas florestais em 1/6 das áreas vendidas ou doadas. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado em 1811, considerado o embrião da administração florestal no País e o primeiro passo para a regulamentação de áreas protegidas. A extração seletiva de madeiras tropicais foi responsável por vários impactos ambientais, aumentando a degradação e fragmentação florestal, a susceptibilidade da floresta ao fogo e reduzindo a biodiversidade. Esses impactos podem ser ainda maiores quando a extração de madeiras é feita de forma ilegal e sem planejamento técnico adequado. Em Mato Grosso a floresta que deu o nome ao estado, está sendo exterminada pelos madeireiros e pecuaristas. As causas são o desrespeito às Leis de proteção à planta, ao desmatamento, à falta de fiscalização nas derrubadas e a substituição da cobertura vegetal por lavouras e pastagens.

Em Araputanga (MT), as toras de madeiras eram comercializadas e caracterizadas com maiores diâmetros e volume que o permitido. As principais espécies existentes nessa época foram mogno, peroba, cedro, ipê roxo, ipê amarelo,

garapa e branquilha.. A madeira bruta, principalmente a de mogno, era cortada e transportada para o Espírito Santo. Na década de 1960, foi instalada a primeira serraria administrada por alemães, em Cáceres/MT. Nesse caso, a madeira era exportada para a Alemanha e para os Estados Unidos. No estado de Mato Grosso, nos dias atuais, apenas a região Noroeste e Norte ainda são encontradas madeiras de lei usadas na construção naval, em especial o mogno (*Swietenia macrophylla*), orelha-de-negro (*Enterobolium SP*), Piúva (*Tabebuia sp*) e aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), as quais são exportadas para diversos países e também empregadas para outros fins.

## Considerações

Nas localidades geográficas de Mato Grosso apontadas pelo Almirante Augusto Leverger na época do Brasil Império, a exemplo da beira das matas ciliares dos Rios Jauru, Paraguai e São Lourenço, onde existiam as madeiras usadas na indústria da construção naval, ele acrescentou também matas com floresta densa, o que determinou a nomeação de Mato Grosso. Hoje, passados cento e setenta anos, devido à ação antrópica para a derrubada da floresta e de matas ciliares, essas madeiras de lei quase chegaram a desaparecer. A lei ambiental que o Almirante se preocupava deu espaço para a ganância da agricultura no planalto, onde o fator econômico não respeita lei e muito menos a fiscalização de nossas matas.

## Referências

CALDEIRA, S. F. *Diagnóstico e avaliação do setor florestal brasileiro – Mato Grosso – reflorestamento e plantios florestais*. Internacional Tropical Timber Organization – ITTO, Projeto ITTO nº 167/91 (M), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Fundação Pró-Natureza – FUNATURA. Cuiabá, 1994. 30p.

CORRÊA FILHO, V. *Leverger O Bretão Cuiabanizado*. Cuiabá:1979. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1979.



FREYRE, G. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004. 255 p.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Coordenação de Monitoramento e Controle Florestal - COMON*. Disponível em: <[http://www2.ibama.gov.br/desmatamento/home\\_conceitos.htm](http://www2.ibama.gov.br/desmatamento/home_conceitos.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2005.

LEVERGER, A. Informação prestada pelo presidente da Província de Matto-Grosso, Augusto Leverger, ao ministro da marinha em 1851, sobre as matas de madeira de construção naval. *Revista O Archivo*, 1851.

RONDON, E, V. Sino: o Maior Parque Madeireiro do Estado de Mato Grosso, In: *Anais... V Congresso e Exposição Internacional Sobre Floresta – FOREST´99*.

SHIMIZU, J. *Diagnóstico das plantações florestais em Mato Grosso: 2007*/ Jarbas Yukio Shimizu, Haroldo Klei, José Roberto Victor de Oliveira. – Cuiabá, MT: Central de Texto, 2007.